

O SUL E O NORDESTE NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS NO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DESTAS REGIÕES

Angélica Massuquetti

UNISINOS - angelicam@unisinós.br

Manoel Carlos Rivas Franco Junior

UNISINOS - manoel@eletrotec.com.br

Resumo

Este artigo analisa o desenvolvimento econômico e social das regiões Sul e Nordeste do Brasil na década de 1990. Em um primeiro momento, são apresentados o conceito de desenvolvimento e os indicadores sociais utilizados para mensurar o desenvolvimento econômico e humano nos países e regiões. A partir dos dados da evolução da situação econômica e social brasileira, analisa-se o desenvolvimento das regiões Sul e Nordeste. Por fim, apresenta-se a dicotomia existente entre estas regiões do Brasil quanto ao desenvolvimento sócio-econômico. Os indicadores sociais da economia brasileira tiveram uma melhora significativa depois da implementação do Plano Real, no ano de 1994. Inicialmente, o Plano resultou em uma redução do crescimento do PIB por ser uma política contracionista. Porém, o grande benefício da política macroeconômica foi a estabilização da inflação que deteriorava o poder de compra das camadas mais pobres, aumentando a desigualdade. Além da estabilização, as transferências de renda promovidas pelo governo federal também foram determinantes para a redução da desigualdade e a melhoria dos indicadores sociais. Apesar da evolução dos indicadores no Brasil, de uma forma geral, o estudo demonstrou que existe uma forte dicotomia social e econômica entre as regiões Sul e Nordeste. Essa dicotomia tem raízes históricas que influenciaram de forma diferente as regiões do Brasil. O mercado de trabalho sofreu com os baixos salários por motivos de atraso cultural (por passar da escravidão para o trabalho assalariado), pela estrutura fundiária e pela dominação oligárquica. Conclui-se que os responsáveis pelo atraso nordestino são as elites produtoras, que até a década de 1950 acomodaram-se em virtude do protecionismo e não apresentaram alternativas para reduzir a adversidade climática no semi-árido.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; desenvolvimento regional; desigualdade.

1 Introdução

Durante o século XX, o Brasil esteve entre as economias com maior crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) no mundo. Porém, o modelo de desenvolvimento aplicado ficou marcado pela concentração de renda entre os indivíduos e entre as regiões do Brasil. Por consequência, o Brasil está atualmente entre os países com maior índice de desigualdade no mundo. No período entre 1985 e 1997, por exemplo, a região Sudeste concentrou, em média, 58,86% do PIB do país e os 10% mais ricos concentravam 45% da renda gerada no Brasil (SIQUEIRA, 2001). Esse fato tornou imprescindível a adoção de políticas capazes de redistribuir a renda e desconcentrar a atividade econômica territorialmente, beneficiando as regiões mais pobres.

Diversos programas de infra-estrutura e apoio à industrialização foram criados (ou recriados) com o objetivo de minimizar essas diferenças regionais, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNB), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Zona Franca de Manaus, o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e também os Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Siqueira (2001) afirmou que além da criação de instituições e de fundos, o governo brasileiro também atuou através do investimento em estatais, como foi o caso da Petrobrás na Bahia, no Sergipe e no Rio Grande do Norte; e da Vale do Rio Doce no Maranhão e no Pará. Segundo Tafner (2005), também é possível afirmar que, na década de 1990, as políticas públicas resultaram na melhoria de vários indicadores sociais. A tendência de crescimento do PIB brasileiro é um importante fator para a diminuição da pobreza nas grandes metrópoles, porém não é suficiente para reduzir as desigualdades.

O objetivo dessa pesquisa é abordar o desenvolvimento econômico e social no Brasil e as diferenças captadas pelos indicadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, estados que formam a região Sul, comparando com Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, estados que formam a região Nordeste. Portanto, na primeira seção são abordados os conceitos de desenvolvimento econômico e seus principais indicadores, bem como a evolução de indicadores da economia brasileira. Na segunda seção, explica-se a desigualdade regional no Brasil, levando-se em conta dados da década de 1990 que descrevem a situação econômica e social brasileira. Por fim, na terceira seção, busca-se identificar quais os determinantes da dicotomia entre as regiões Sul e Nordeste, comparando-se as características geográficas, políticas, de colonização, setores de atuação e distribuição de renda. A escolha deste tema está baseada na reflexão da dicotomia econômica entre as regiões Sul e Nordeste e da influência dos indicadores econômicos e sociais do Nordeste nos indicadores do Brasil como um todo. Os indicadores da região Sul, se analisados isoladamente do restante do Brasil, podem ser comparados aos países desenvolvidos, ao contrário da região Nordeste.

2 O desenvolvimento econômico e social no Brasil

Segundo Leite (1983), a versão mais aceita quanto ao significado de desenvolvimento no período pós-guerra era o crescimento da renda per capita, ou seja, a quantidade de renda por indivíduo. Como o PIB é um indicador que mede a riqueza total produzida em um país e como a população varia muito de um país para outro, indicava-se como medida para o desenvolvimento o PIB per capita (renda nacional/população nacional). Ele compreende a soma de todas as riquezas produzidas e, dividindo-se pelo número de habitantes, é obtida a quantidade produzida por indivíduo. Para Furtado (1979), o desenvolvimento ocorre a partir do momento em que cresce a produtividade no conjunto econômico. O autor ainda explica que as transformações internas são resultado de alterações na forma de produção, gerando alterações na distribuição e na utilização da renda. Porém, nos anos 1970, de acordo com Leite (1983), um crescente número de economistas passou a considerar inadequado o crescimento do produto ou da renda para descrever o desenvolvimento, já que ele poderia ocultar os problemas de concentração de renda e detinha-se, exclusivamente, na dimensão econômica. Assim, outros indicadores deveriam ser considerados para melhor identificar o grau do desenvolvimento de um país.

Neste sentido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida adequada para avaliar o desenvolvimento, já que considera aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. O IDH é composto por quatro indicadores: 1) PIB per capita; 2) expectativa de vida; 3) taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade; e 4) taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior). Este índice varia entre 0 e 1 e não explicita a felicidade das pessoas e nem eleger o melhor lugar do mundo para viver, mas sintetiza o desenvolvimento humano das nações. Considera-se o IDH baixo quando ele é menor do que 0,500; médio quando varia entre 0,500 e 0,799; e alto quando é igual ou superior a 0,800, conforme PNUD (2006). O IDH é calculado desde 1990, sendo publicado nos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH).

Em relação ao desempenho econômico e ao desenvolvimento no Brasil, conforme Bresser-Pereira (2004), a economia do país encontrava-se estagnada desde os anos oitenta e, por conseqüência, esse período denominou-se como a Grande Crise. A renda per capita brasileira cresceu menos de um por cento ao ano, sendo incapaz de absorver o crescimento da população e, portanto, verificou-se que a taxa de desemprego teve um aumento. As crises estavam relacionadas com a crise da dívida externa e com a crise fiscal, gerando altas taxas de inflação. A reforma da economia brasileira iniciou-se entre os anos de 1983 e 1987 com uma política de desvalorização cambial, produzindo elevados superávits comerciais, continuando com a renegociação da dívida e com a abertura comercial. As ações citadas anteriormente, em especial a abertura comercial, se estenderam até o ano de 1990 e permitiram a neutralização da inflação a partir do ano de 1994. Em relação ao Plano Real, observa-se que a consistência das medidas adotadas para neutralizar a inflação levou à estabilização econômica, devolvendo o poder de compra aos indivíduos da faixa mais pobre da população. Lembra-se que a inflação muito elevada é prejudicialmente mais influente aos pobres do que aos ricos.

Conforme estudos de Porto (2004), após a forte liberalização comercial da economia brasileira no final da década de 1980, percebe-se um aumento da participação das exportações no PIB, modificando as relações internas no mercado de trabalho. Passou a se exigir mão-de-obra mais qualificada devido à tecnologia proveniente da abertura comercial, eliminando postos de trabalho com menor qualificação. Também é possível citar outro aspecto importante quanto à abertura econômica e seus efeitos sobre a distribuição de renda, que é a heterogeneidade no Brasil conforme as regiões geográficas. O setor industrial é bastante sensível ao processo de liberalização comercial e cada região sofreu impactos diferentes em seu setor industrial. Na opinião de Porto (2004), com esse choque tecnológico, o mercado de trabalho sofreu uma alteração quanto ao perfil da demanda por trabalhadores, alterando a mobilidade e a distribuição de renda. Em outras palavras, no período de progresso tecnológico, a habilidade do trabalhador torna-se um fator determinante. Como existe uma demanda maior por trabalho qualificado, ocorre um aumento da desigualdade salarial dos mais qualificados em relação aos menos hábeis, aumentando assim a concentração de renda. A mobilidade de renda sugerida com o aumento da população recebendo maiores e menores salários condizem com o desaparecimento da classe média no período pós-Plano Real, porém esse processo pode não ser detectado por indicadores de desigualdade. Erroneamente, debates sobre o desaparecimento da classe média carregam a impressão de que polarização e desigualdade de renda caminham na mesma direção. O desaparecimento

da classe média tem relação com o esvaziamento de faixas de renda intermediárias, mudando para classes alta e baixa: “A observação teórica básica é a de que a polarização deve ser entendida de um modo diferenciado do conceito de desigualdade” (PORTO, 2004, p.9).

Na tabela 1 é possível observar a variação do índice de Gini no período entre 1995 e 2005 para renda domiciliar per capita (RDPC), para o rendimento mensal total (PEA), para o rendimento mensal total incluindo os sem rendimentos (PEA total) e para o rendimento de todos os trabalhadores (POC) no Brasil. A queda do índice de Gini é sinônimo de uma melhora da distribuição de renda do Brasil.

Tabela 1. Evolução da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1995 e 2005.

Ano	Índice de Gini para			
	RDPC	PEA	PEA total	POC
1995	0,599	0,589	0,662	0,585
1996	0,600	0,584	0,657	0,580
1997	0,600	0,584	0,659	0,580
1998	0,598	0,581	0,659	0,575
1999	0,592	0,572	0,655	0,567
2001	0,594	0,571	0,642	0,566
2002	0,587	0,569	0,637	0,563
2003	0,581	0,561	0,630	0,554
2004	0,569	0,553	0,616	0,547
2005	0,566	0,550	0,616	0,544

Fonte: Hoffmann (2007).

Verifica-se uma queda pequena da RDPC entre 1995 e 2001. Essa tendência de queda fica mais clara após o ano de 2001. Cabe destacar a redução do índice de Gini de 2,8 pontos percentuais da RDPC entre os anos de 2001 e 2005, caindo de 0,594 para 0,566. Para as distribuições PEA, PEA total e POC, durante o período 1995-2005, houve uma tendência de queda durante todo o período analisado. As distribuições da PEA e PEA total refletem o que ocorre com o mercado de trabalho, diferente da RDPC que inclui em seu cálculo o rendimento de pessoas inativas que recebem aposentadoria e pensões.

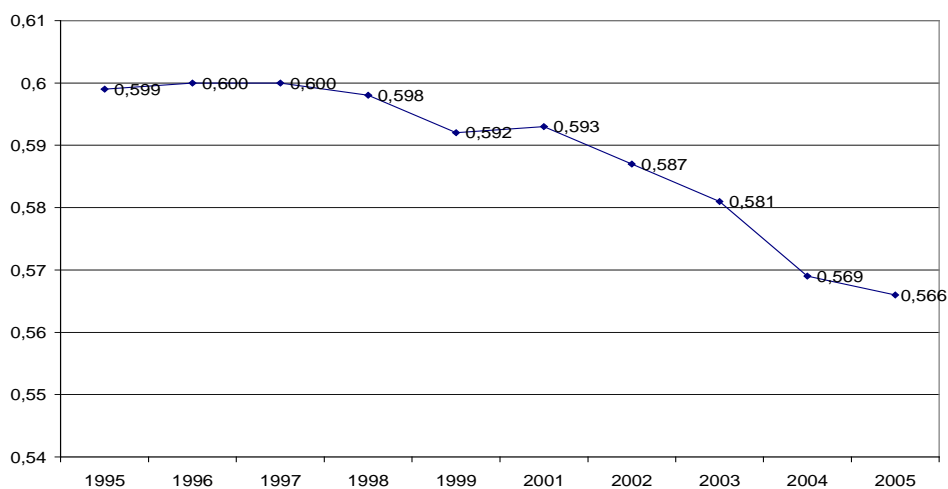
Em relação ao rendimento médio mensal da população como um todo, conforme tabela 2, permaneceu estável entre os anos de 2001 e 2004. Analisando os estratos separadamente, verifica-se, no período 2001-2004, um aumento na renda dos primeiros três estratos e uma queda nos últimos. Essa alta inverteu o crescimento negativo de 2,5% medido entre 2001 e 2004, para 3,5 pontos percentuais positivos entre os anos de 2001 e 2005. A explicação para essa variação positiva total de 3,5 pontos percentuais entre os anos 2001 e 2005 é que o primeiro, o segundo e o terceiro quintos estratos mais pobres tiveram uma forte variação de 26,6%, 15,2% e 11,4%, respectivamente. A ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família, foi um fator determinante na variação da renda nos estratos mais pobres. Sendo assim, os pobres ficaram menos pobres e os ricos relativamente menos ricos (HOFFMANN, 2007).

Tabela 2. Renda média mensal no Brasil dividido por estratos de 2001 a 2005 - em R\$.

Estrato	Renda média em R\$ de agosto de 2006					Variação %	
	2001	2002	2003	2004	2005	2001-2004	2001-2005
Quinto mais pobre	51,1	55,7	52,7	59,3	64,8	16,0	26,6
Segundo quinto	128,0	131,1	126,5	137,3	147,5	7,3	15,2
Terceiro quinto	224,6	226,9	219,2	232,8	250,1	3,7	11,4
Quarto quinto	393,1	394,5	377,4	395,1	418,1	0,5	6,4
Nono décimo	707,4	704,6	668,1	688,4	719,9	-2,7	1,8
Décimo mais rico	2057,5	2044,2	1891,6	1911,9	2031,0	-7,1	-1,3
Total	435,8	436,5	411,1	424,9	451,2	-2,5	3,5

Fonte: IPEA (2007).

Segundo Hoffman (2007), quando se compara o percentual da renda apropriada pelos 10% e 5% mais ricos verifica-se uma queda na participação desses estratos de renda. Os 10% mais ricos apropriavam 47,2% da renda em 2001 e no ano de 2005 esse percentual cai para 45,0%, bem como o percentual da renda apropriada pelos 5% mais ricos que caiu de 33,8% para 32,0% no mesmo período. O mesmo ocorre ao se comparar o percentual de renda apropriada pelo 1% mais rico em 2001 que era de 13,8% contra os 50% mais pobres que apropriavam 12,7% da renda. Já no ano de 2005, esse dado se inverte e passa o 1% mais rico apropriar 12,9% e a metade mais pobre aumenta para 14,2%. Essa tendência de redução da desigualdade confirma-se pela análise do coeficiente de Gini no Brasil no período 1995-2005. O coeficiente de Gini sofreu uma forte queda, como é possível observar na Figura 1, passando de 0,593 em 2001 para 0,566 em 2005, o que representou uma redução de 4,6% no período. Em 2001, o índice encontrava-se em torno da média dos últimos trinta anos e chegou em 2005 ao menor valor registrado no período analisado. Comparado aos demais países que se tem informações sobre o referido índice ao longo da década de 1990, menos de 25% dos países reduziu o índice a uma velocidade superior a do Brasil entre 2001 e 2005.



Fonte: IPEA (2007).

Figura 1. Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil: coeficiente de Gini – 1995-2005.

Retornando ao IDH, no Brasil, o índice teve uma evolução de 20,8%, passando de 0,643 para 0,777 entre os anos 1975 e 2001, porém permanecendo um médio desenvolvimento. Melhorias significativas ocorreram na saúde com o aumento de habitantes com acesso a água potável e com acesso a vacinação, proporcionando uma redução na taxa de mortalidade de adultos e na taxa de mortalidade infantil. Na educação, a queda da taxa de analfabetismo também foi um fator que colaborou para a melhora do indicador (SOUZA, 2005). De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006, no *ranking* mundial do desenvolvimento humano, o Brasil perdeu uma posição para Belarus (antiga Bielo-Rússia), passando de 68º para 69º, num total de 177 países e territórios. Apesar de ter perdido uma posição, o IDH brasileiro cresceu de 0,788, em 2003, para 0,792 em 2004. Conforme a nova metodologia de cálculo do IDH, o Brasil avançou nas três dimensões do IDH (longevidade, renda e educação), como é possível perceber na Tabela 3. A expectativa de vida ao nascer subiu de 70,5 anos, em 2005, para 70,8 anos em 2006. Estatísticas internacionais apontam que a taxa de alfabetização no Brasil aumentou de 88,4% para 88,6% no período analisado e o PIB per capita, ajustado pela paridade poder de compra em dólar (que elimina as diferenças de custo de vida entre os países) avançou 3,1%: passou de US\$ 7.949, em 2005, para US\$ 8.195 em 2006 (PNUD, 2006).

Tabela 3. Evolução dos indicadores de longevidade, renda e educação no Brasil conforme RDH de 2005 e 2006.

RDH	Posição no ranking	Expectativa de vida (anos)	Taxa de alfabetização %	Taxa de matrícula %	PIB per capita (PPC US\$)	IDH
2005	68	70,5	88,4	85,7	7.949	0,788
2006	69	70,8	88,6	85,7	8.195	0,792

Fonte: PNUD (2006, p.2).

Ao comparar o IDH do Brasil com o IDH da América Latina, do resto do mundo e dos países ricos em termos de renda, educação e saúde, percebem-se os seguintes resultados, conforme Tabela 4.

Tabela 4. Comparação do IDH do Brasil com o IDH de outras regiões, dividido em três dimensões – RDH 2006.

	IDH Renda	IDH Educação	IDH Saúde
Brasil	0,74	0,88	0,76
América Latina	0,73	0,87	0,79
Mundo	0,75	0,77	0,71
Países Ricos	0,96	0,98	0,90

Fonte: PNUD (2006, p.2).

Quanto à renda, o Brasil encontra-se em um patamar acima da América Latina, porém abaixo da média mundial. Na saúde, o Brasil fica acima da média global e abaixo da média da América Latina. Finalmente, a esfera da educação é a que mais aproxima o

Brasil da média dos países ricos. O Brasil mesmo sendo um dos países mais desiguais do mundo, foi citado como exemplo de melhoria de distribuição de renda, combinando um sólido crescimento econômico com a diminuição da pobreza e da desigualdade de renda. O principal responsável pelo avanço do Brasil foi o Programa Bolsa Família que atinge, atualmente, 7 milhões de famílias pobres e auxilia na alimentação, saúde e educação. Além disso, verificou-se um aumento real de salário e ampliação do emprego, consequência do recente crescimento econômico. Portanto, percebe-se que reduzir a pobreza mais rapidamente depende da redução da desigualdade: “A taxa de redução da pobreza de um país se dá em função de dois fatores: o crescimento econômico e a parcela desse incremento apropriada pelos pobres. Em outras palavras, quanto maior a parcela apropriada pelos pobres, maior será a eficiência do país em transformar crescimento em redução de pobreza” (RDH, 2007, p.3).

O que foi possível perceber, conforme Bresser-Pereira (2005), é que o desenvolvimento de uma nação é um processo histórico que as sociedades buscam levar adiante como estratégia nacional. No caso do Brasil, o governo federal foi além da condição de facilitador e de mediador, passando a exercer o papel da iniciativa privada via estatais. Em sua opinião, o Estado deve ser forte, capaz de cobrar impostos e exercer seu poder através da lei. Alguns países em desenvolvimento crescem de forma rápida, ao passo que outros se encontram estagnados. Como a taxa de crescimento econômico de um país depende da acumulação de capital e da incorporação de tecnologia à produção, no longo prazo o país dificilmente regride. Para que isso ocorra, deve existir o incentivo das instituições do governo, via políticas, leis e ações sociais, baseadas em uma estratégia nacional de desenvolvimento.

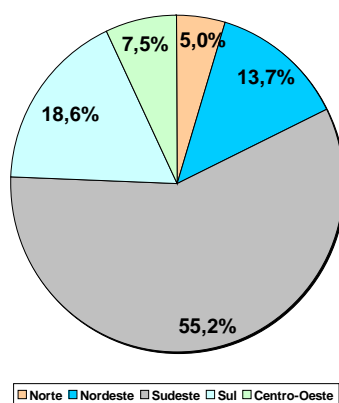
A principal característica observada na economia brasileira é que ocorreu uma melhora dos indicadores de desenvolvimento econômico, principalmente após o ano de 1995, quando já surtiam os efeitos do Plano Real. Na próxima seção será abordada a desigualdade do desenvolvimento que existe entre as regiões do Brasil, bem como a realidade econômica das regiões Sul e Nordeste.

3 A desigualdade regional no Brasil

Conforme Pessôa (1999), a desigualdade regional pode ser tratada de duas formas: uma é a diferença da renda per capita entre as regiões, onde se busca a redução destas diferenças; outra é a diferença entre a renda total das regiões, ou seja, a forma como se distribui a produção e em qual local ela se concentra. Normalmente, a produção se concentra em uma região pequena e altamente industrializada, que produz grande parte do PIB. A diferença da renda per capita entre duas regiões poderia ser eliminada pela migração, já que a mobilidade da mão-de-obra é perfeita entre as regiões, no caso dessas possuírem as mesmas características. A conclusão é justamente de que só pode haver diferença na renda per capita das regiões se a qualificação dos trabalhadores não for a mesma. Quanto à produção, não existe problema em ser concentrada. A política de desconcentração produtiva não resulta obrigatoriamente na melhora da distribuição interpessoal de renda e, segundo o autor, possivelmente esse é o maior problema do Brasil. Assim, o motivo da baixa renda per capita pode ser regional, isto é, devido às características próprias da região. No entanto, o autor conclui que o problema de algumas regiões não é consequência de características da região, mas sim dos indivíduos que moram nessas regiões. Portanto, como o problema é social e não regional, as políticas de

combate à desigualdade devem ser direcionadas aos indivíduos e não à região. No caso da região Nordeste, possuidora do pior índice de renda per capita e dos maiores índices de pobreza, uma política de desenvolvimento regional para diminuir a concentração da produção em uma região poderia reduzir o nível de bem-estar da população devido à péssima distribuição de renda nessa região. Ao contrário, uma elevação da renda no Sudeste elevaria relativamente o salário dos trabalhadores mais pobres devido à melhor distribuição de renda. Além disso, as políticas regionais de subsídio ao capital privado no Brasil esbarram na escassez de recursos econômicos. Torna-se necessário dar prioridade às necessidades da população mais pobre, que necessita de melhoria nas condições de vida e infra-estrutura (PESSÔA, 2001).

A participação no PIB a preços de mercado corrente no ano de 2000, dividido pelas grandes regiões do Brasil, é muito concentrado na região Sudeste, conforme ilustrado na Figura 2.



Fonte: IBGE (2003).

Gráfico 1. Participação no PIB a preços de mercado corrente no ano de 2000.

Portanto, fica clara a concentração da atividade econômica na região Sudeste. As regiões Sul e Nordeste ocupam uma posição intermediária no país. Porém, ao comparar o PIB per capita das regiões, elas encontram-se em posições extremas, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5. Evolução da renda per capita nas regiões brasileiras entre 1991 e 2000 (média ponderada pela população) - em R\$.

Região	Renda 1991 em R\$	Renda 2000 em R\$	Taxa anual de crescimento
Norte	111,03	131,08	1,86%
Nordeste	82,81	113,56	3,57%
Sudeste	209,7	277,65	3,17%
Sul	218,01	313,37	4,11%
Centro-Oeste	168,85	235,93	3,79%
Brasil	146,68	199,87	3,50%

Fonte: Magalhães e Rabelo (2006, p.11).

Observa-se que a região Nordeste, nos dois períodos analisados, possui a menor renda per capita do Brasil com R\$ 82,81, em 1991, e R\$ 113,56 em 2000. Contudo, a variação registrada na década de 1990 ficou acima da média nacional devido às transferências de renda pelos programas de combate à pobreza, como Bolsa Família. Isso pode ser comprovado na Tabela 6, onde se verifica a diminuição da participação da renda do trabalho na renda total das regiões. No Nordeste, a participação do trabalho na renda diminuiu de 80,91% para 60,48%, diminuindo 3,18% ao ano devido ao aumento das transferências. Já na região Sul ocorreu uma diminuição, porém de 1,74% ao ano.

Tabela 6. Evolução da participação da renda do trabalho na renda total das regiões brasileiras em 1991 e 2000.

Região	% em 1991	% em 2000	Taxa anual de crescimento
Norte	86,15	67,19	-2,72%
Nordeste	80,91	60,48	-3,18%
Sudeste	83,14	69,68	-1,94%
Sul	84,55	72,19	-1,74%
Centro-Oeste	88,26	73,90	-1,95%
Brasil	83,24	67,56	-2,29%

Fonte: Magalhães e Rabelo (2006, p.11).

Na Tabela 7 é possível verificar o aumento das transferências nas regiões do Brasil no período 1991/2000.

Tabela 7. Evolução das transferências nas regiões brasileiras em 1991 e 2000.

Região	% Trans. Renda		Transferências		Taxa anual de crescimento
	1991	2000	1991	2000	
Norte	5,83%	11,47%	6,47	15,03	9,83%
Nordeste	12,23%	21,09%	10,12	23,95	10,04%
Sudeste	10,17%	16,42%	21,32	45,58	8,81%
Sul	8,87%	16,39%	19,34	51,36	11,46%
Centro-Oeste	5,99%	11,42%	10,12	26,93	11,49%
Brasil	9,87%	17,12%	14,48	34,22	10,03%

Fonte: Magalhães e Rabelo (2006, p.13).

Mostra-se, na Tabela 8, a existência das diferenças nos indicadores sociais entre as regiões Sul e Sudeste, por um lado, e Norte e Nordeste, por outro. Ao comparar apenas o IDH das regiões, verifica-se que estas ocupam posições extremas. Nesse caso, a dicotomia regional no Brasil torna-se evidente. A média do IDHM obtida para as regiões Sul e Sudeste foi de 0,733, em 1991, e 0,798 em 2000. Já para as regiões Norte e Nordeste, a média foi de 0,613, em 1991, e 0,697 em 2000.

Tabela 8. Comparação do Índice de Desenvolvimento Humano entre as regiões Sul e Sudeste *versus* Norte e Nordeste, 1991/2000.

Brasil/Regiões	IDHM, 1991	IDHM, 2000
Brasil	0,696	0,766
Sul/Sudeste	0,733	0,798
Norte/Nordeste	0,613	0,697

Fonte: Souza (2005).

Na Tabela 9 são apresentados os IDHs apenas dos estados que formam as regiões Sul e Nordeste. O IDH do Rio Grande do Sul é um dos três maiores do Brasil, chegando a 0,814 no ano de 2000. O estado fica atrás apenas de Santa Catarina e de São Paulo (região Sudeste). Por outro lado, os estados do Nordeste apresentam o pior desempenho no país.

Tabela 9. Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros, 1991 e 2000.

Ordem Estados	Região	1991	2000	Variação (%)
1° Santa Catarina	Sul	0,748	0,822	9,9
3° Rio Grande do Sul	Sul	0,753	0,814	8,1
5° Paraná	Sul	0,711	0,787	10,7
17° Pernambuco	Nordeste	0,620	0,705	13,7
18° Rio Grande do Norte	Nordeste	0,604	0,705	16,7
19° Ceará	Nordeste	0,593	0,700	18,0
21° Bahia	Nordeste	0,590	0,688	16,6
22° Sergipe	Nordeste	0,597	0,682	14,2
23° Paraíba	Nordeste	0,561	0,661	17,8
24° Piauí	Nordeste	0,566	0,656	15,9
25° Alagoas	Nordeste	0,548	0,649	18,4
26° Maranhão	Nordeste	0,543	0,636	17,1

Fonte: Souza (2005).

É possível afirmar, no entanto, que programas sociais, como o Bolsa Família, promovidos pelo governo federal na década de 1990, também influenciaram o IDH de forma significativa nas regiões mais necessitadas, como se percebe pela variação média percentual do IDH da região Nordeste em 16,49%, enquanto a região Sul evoluiu 9,57%. Conforme dados da PNAD (2005), esta dicotomia está presente também em outros indicadores, como a disponibilidade ao abastecimento de água que verificou, no ano de 2005, que o percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água no total de domicílios particulares permanentes era de 73,9% no Nordeste e 84,0% na região Sul.

A partir dos dados apresentados, foi possível observar que existe uma significativa desigualdade entre as regiões brasileiras. De acordo com Porto (2004), em algumas

regiões o crescimento é mais favorável aos pobres do que em outras, o que não necessariamente garante que o crescimento econômico diminua a pobreza. O crescimento econômico é capaz de reduzir os efeitos da pobreza, porém o impacto sobre as diferentes regiões/estados do país ainda é desigual. Porto (2004) cita sete grupos de fatores necessários para transformar o crescimento em redução de pobreza:

- I. Os aspectos espaciais do crescimento influenciam da seguinte forma: se ocorrer crescimento econômico em uma região como o Sudeste, por exemplo, a pobreza do Nordeste não será reduzida, nem mesmo com os fluxos migratórios de uma região para outra. A pobreza nos países em desenvolvimento normalmente se concentra em áreas rurais e dificilmente é resolvida por um crescimento industrial urbano. O mais comum nesses países é o combate a pobreza absoluta;
- II. Os padrões setoriais de crescimento: quando o crescimento ocorre em um setor específico da economia, a redução da pobreza vai depender dos *links* existentes entre esse setor e a camada mais pobre da população. Pesquisas realizadas na Índia e na Indonésia revelam que, aproximadamente, 85% da redução da pobreza foi devido ao crescimento na agricultura. Outro estudo revela que em 35 países em desenvolvimento pesquisados, 10% do crescimento do PIB per capita agrícola, produziu um crescimento de 16% no quintil com renda mais baixa;
- III. O grau de intensidade e uso de fatores de produção: quanto mais o crescimento for trabalho-intensivo, maior será a redução da pobreza. E quanto menos qualificado o trabalho criado, maior o impacto do crescimento;
- IV. O grau de desigualdade da renda e da riqueza: quanto maior a desigualdade existente na população, menor o impacto do crescimento. A desigualdade afeta normalmente em 50% a elasticidade do crescimento;
- V. As dimensões não-renda: depende da capacidade dos indivíduos em usufruir do crescimento em esfera não-econômica, através de educação e saúde. Por exemplo, se as mulheres não tem acesso ao mercado de trabalho, não terão benefícios gerados pelo crescimento econômico;
- VI. O padrão do gasto público: o gasto do governo tem um peso importante para os indivíduos mais pobres. As ações que não tem foco pró-pobre afetam seriamente o efeito das políticas públicas; e
- VII. O impacto ambiental: a classe mais pobre pode ser afetada pelo crescimento econômico através da degradação do ambiente. Exemplos que podem ser citados são a erosão, a poluição e a contaminação de recursos anteriormente utilizados.

Conforme Porto (2004), as políticas pró-pobre são aquelas que beneficiam as camadas mais pobres, melhorando a distribuição de renda e viabilizando investimentos que utilizem intensamente o fator de trabalho de baixa qualificação, além de investimentos em educação e saúde. A principal preocupação é que se adotem políticas pró-pobre, ou seja, que promovam o crescimento econômico e reduzam a pobreza, melhorando os níveis de bem-estar social. Além disso, é importante, segundo o autor, eliminar políticas a nível micro contra os pobres como os monopólios que elevam os preços, os subsídios e elevados gastos em educação de nível superior que beneficiam os não-pobres. Outras políticas importantes na promoção do crescimento pró-pobre, de acordo com Porto

(2004), são o acesso ao microcrédito, serviços de planejamento familiar, incentivos a pequenas e médias empresas, investimento em infra-estrutura em áreas rurais ou mesmo em locais onde a pobreza é intensa.

Cada região tem um nível de conversão diferente para políticas de redução de pobreza, portanto as políticas devem ser diferenciadas para cada lugar. Em alguns casos a intensificação da taxa de crescimento econômico é o mais indicado, em outros, políticas redistributivas são mais eficientes. Para determinar qual a melhor política a ser adotada, deve-se avaliar se a pobreza é transiente ou crônica, rural ou urbana e absoluta ou relativa. Simplifica-se a análise, considerando a relação entre renda média e a desigualdade de renda, ou seja, “[...] um aumento da renda média reduz a pobreza e um aumento da desigualdade aumenta a pobreza... é possível que o crescimento econômico leve a um aumento da desigualdade com redução da pobreza relativa” (PORTO, 2004, p.6).

A partir dos dados apresentados, verifica-se que existe uma diferença entre a participação do PIB das regiões Sul e Nordeste no Brasil, porém, a maior densidade demográfica da região Nordeste aumenta a diferença entre as regiões no que se refere ao PIB per capita. Os dados de desenvolvimento e a concentração de renda dessas regiões também seguem esta mesma tendência, de modo que a renda é mais concentrada no Nordeste e seus indicadores de desenvolvimento são inferiores aos da região Sul. Na próxima seção pretende-se apurar as principais características das regiões Sul e Nordeste que definiram os indicadores apresentados até agora.

4 As diferenças no desenvolvimento econômico entre as regiões sul e nordeste

A economia da região Sul é bastante diversificada nas atividades primária, secundária e terciária. A agricultura é a atividade com maior rendimento e que mais gera empregos. A policultura se desenvolve em pequenas propriedades e cultiva-se milho, feijão, mandioca, batata, maçã, laranja e fumo. Diferente da policultura, a monocultura comercial se desenvolve em grandes propriedades do Rio Grande do Sul. Os principais produtos cultivados são a soja, o trigo e o arroz. Na pecuária, o destaque é para a produção de gado bovino e ovino no Rio Grande do Sul, representando, respectivamente, 18% e 60% da produção nacional. A criação de suínos também merece destaque, pois o Paraná é o maior criador do Brasil, seguido pelo Rio Grande do Sul. Além dessas atividades, cabe ainda citar a produção de leite que ocupa a segunda posição no país. O crescimento do setor industrial é o segundo maior do país, ficando atrás apenas da região Sudeste. O setor foi beneficiado pelos incentivos fiscais concedidos às grandes empresas multinacionais, principalmente no setor automobilístico, na segunda metade da década de 1990. A indústria automobilística concentra-se principalmente nas regiões metropolitanas de Curitiba (Paraná) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul).

A região Nordeste é composta pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esta região está subdividida em meio-norte, zona da mata, agreste e sertão devido as suas características físicas. O meio-norte é uma região de clima úmido e vegetação exuberante. A zona da mata possui clima tropical úmido, vegetação natural, solo fértil e mata atlântica, porém esta última devastada pelo cultivo de cana-de-açúcar. A produção açucareira foi a principal atividade econômica do Nordeste. Devido à instabilidade da demanda externa na segunda metade

do século passado, a produção voltou-se para o mercado interno até os anos 1930. Após esse período, grandes consumidores, como a região Sudeste, eram praticamente auto-suficientes e também entraram na concorrência pelo mercado nacional, como o caso de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os estados onde a produção de cana-de-açúcar ainda é significativa são Paraíba, Pernambuco e Alagoas, atualmente os mais defasados quanto ao crescimento. Apesar da predominância agrícola, os estados da Bahia e de Pernambuco desenvolveram a indústria têxtil algodoeira. Esse setor enfrentou forte crise nos anos 50 quando as barreiras tarifárias não adiantavam mais para neutralizar a concorrência entre as regiões. Instalou-se um processo de obsolescência que causou problemas de competitividade. A região que acabou ocupando espaço foi a região Sudeste, no pós-guerra, que se tornou mais competitiva pela concessão de subsídios cambiais à importação de equipamentos, modernizando seu parque têxtil (IBGE, 2005). A região Nordeste perdeu espaço econômico e social para regiões como o Sudeste e o Centro-Sul ou para o exterior. Produtos produzidos pelo Nordeste, como o açúcar e o algodão, no final do século XIX, perderam espaço no mercado externo e entre os anos 1930 e 1950 o estado de São Paulo consolidou-se como grande produtor desses produtos. A respeito da atividade açucareira, Araújo (1997, p. 58) argumentou que “[...] o sistema da monocultura açucareira sempre se ajustou às crises mantendo inalterada sua estrutura, e em geral com financiamento público transformado em dívidas adiadas ou perdoadas”.

A herança histórica da região Nordeste trouxe conseqüências ao mercado de trabalho. Quando o regime de trabalho passou da escravidão para o trabalho assalariado, predominaram os baixos salários por motivos de atraso cultural, pela estrutura fundiária e pela dominância oligárquica. Isso caracteriza o Nordeste como a região do atraso, dos piores indicadores sociais e que não apresentou alternativas econômicas para o semi-árido diminuir os efeitos da adversidade climática. Isso se deve, principalmente, às raízes históricas, à estrutura fundiária e à monocultura açucareira. Nos momentos de crise, para manter a estrutura desse sistema, os salários dos trabalhadores sofriam cortes abruptos. Não se criou uma outra fonte de exploração econômica, ficando a atividade resumida na monocultura açucareira. A industrialização da região só teve início na década de 1960, conseqüência de incentivos gerados pela SUDENE. Parte importante da defasagem econômica do Nordeste atribui-se ao conservadorismo das elites empresariais, atrasadas culturalmente e apoiadas por um Estado paternalista. Se até a década de 1950 a região Nordeste acomodava-se em virtude do protecionismo, nos anos 1960 a estratégia para o desenvolvimento da região era a industrialização mediante implantação de projetos, transferência de capital produtivo e pela ação direta do Estado. Alguns exemplos da ação direta do Estado podem ser indicados: a Bahia com o Complexo Petroquímico de Camaçari, o Maranhão com projeto siderúrgico, o Rio Grande do Norte com o petróleo e o Sergipe com petróleo, gás natural e sais de potássio pela Petrobrás e Vale do Rio Doce (ARAÚJO, 1997).

Nos anos 1990, os PIBs da região e do país cresceram em média menos de 3% ao ano, exceto os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte que obtiveram crescimento médio de 5,3% e 4,1% ao ano, respectivamente. O Ceará alcançou crescimento em pleno período de desaceleração econômica do Brasil e da região Nordeste graças à política agressiva de atração de investimentos e ampliação do pólo têxtil e de confecções, conseqüência do ajuste fiscal e administrativo na segunda metade da década de 1980. Já o crescimento do Rio Grande do Norte esteve associado ao crescimento da atividade

petrolífera e da fruticultura. Atualmente, as maiores economias estaduais da região Nordeste são a Bahia, Pernambuco e o Ceará, responsáveis por 31%, 17% e 16% do PIB regional (ARAÚJO, 1997). Como caracterização final da região verifica-se um mercado de trabalho competitivo pelos baixos salários, heterogêneo, com alguns poucos pólos com boa capacidade de geração de empregos. Possui indicadores sociais muito ruins e atraso econômico também derivado da falta de um planejamento regional e urbano, dificultando a permanência das pessoas em suas cidades de origem, criando um fluxo migratório intenso e um desenvolvimento desordenado.

A formação econômica das regiões Sul e Nordeste influenciaram fortemente no seu desenvolvimento econômico. Cada região foi colonizada por indivíduos de diferentes origens e culturas, sendo a colonização da região Sul um dos motivos da atual diversificação econômica e melhor qualidade de vida, enquanto o tipo de colonização do Nordeste gerou uma economia atrasada e com os piores indicadores sociais do país.

Para comparar a concentração de renda das regiões Sul e Nordeste, apresenta-se na Tabela 10 o Índice de Gini das capitais brasileiras entre os anos de 1991 e 2000. Percebe-se que a distribuição de renda é mais igual nas capitais da região Sul, Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR). A tabela demonstra que a desigualdade de renda aumentou nas capitais das regiões Sul e Nordeste com exceção a Natal (RN) que se manteve estável. O processo de concentração de renda entre os anos de 1991 e 2000 foi mais intenso nas capitais da região Nordeste.

Tabela 10. Índice de Gini das capitais das regiões Sul e Nordeste no período de 1991 e 2000.

Cidade	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000
Curitiba	0,55	0,59
Florianópolis	0,55	0,57
Porto Alegre	0,57	0,61
Natal	0,64	0,64
São Luis	0,61	0,65
Salvador	0,65	0,66
Teresina	0,63	0,65
Fortaleza	0,65	0,66
João Pessoa	0,62	0,63
Recife	0,67	0,68
Maceió	0,62	0,68
Aracajú	0,62	0,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife (2005, p.2).

Na Tabela 11 fica claro o aumento dos estratos mais pobres no Brasil, mas principalmente na região Nordeste. Inicialmente, verifica-se uma redução na participação dos estratos de renda 3, 4 e 5, ligados a uma evolução das classes 1 e 6, o que reforça a idéia de desaparecimento da classe média no país. A região Nordeste registrou um grande aumento na faixa 1 e, por conseqüência, uma redução nas classes 3 e 4, e se

considerar as regiões Norte e Nordeste, verifica-se uma redução em todas as faixas de renda relacionada ao aumento na classe 1. Diferente dessas, as regiões Sul e Sudeste apresentaram queda nas faixas 3 e 4 e aumento das faixas 2, 5 e 6. Constata-se, por fim, que houve mobilidade na distribuição da renda brasileira entre os anos de 1987 e 2003.

Tabela 11. Percentual de pessoas por classe de renda – Brasil e Regiões – 1987/2003.

Classes de renda (R\$)	1987			2003		
	Brasil	Nordeste	Sul	Brasil	Nordeste	Sul
(1) 0-260	21,21	38,68	13,91	25,18	47,31	13,66
(2) 261-520	26,20	27,35	26,24	29,40	26,21	30,26
(3) 521-1164	30,44	20,38	34,95	25,94	16,14	32,02
(4) 1165-5000	19,81	12,18	22,49	17,07	9,15	21,56
(5) 5001-10000	1,91	1,27	1,92	1,82	1,01	1,95
(6) Acima de 10000	0,43	0,24	0,49	0,60	0,19	0,56

Fonte: Porto (2004, p.17).

Por fim, conclui-se que existiu um empobrecimento entre 1987 e 2003 da população brasileira de um modo geral, pois um maior número de pessoas passou a ter rendimentos menores. Porém, a situação do Nordeste do Brasil piorou em comparação ao Sul, com um grande aumento do estrato com rendimento entre R\$ 0,00 e R\$ 260,00.

5 Considerações finais

A discussão sobre o desenvolvimento econômico de uma nação é muito importante, principalmente em países com o grau de desigualdade muito elevado como o Brasil. Apurar indicadores como PIB e PIB per capita isoladamente não demonstram a realidade do bem-estar de uma população e mascara problemas de desigualdade.

Os indicadores sociais da economia brasileira tiveram uma melhora significativa depois da implementação do Plano Real, no ano de 1994. Inicialmente, o Plano resultou em uma redução do crescimento do PIB por ser uma política contracionista. Porém, o grande benefício dessa política macroeconômica foi a estabilização da inflação que deteriorava o poder de compra das camadas mais pobres, aumentando a desigualdade. Além da estabilização, também foram determinantes para a redução da desigualdade e melhoria dos indicadores sociais as transferências de renda promovidas pelo governo federal. O aumento das transferências na região Nordeste representou 12,23% da renda no ano de 1991 e no final da década o percentual evoluiu para 21,09%. Além disto, a participação da renda do trabalho na renda total diminuiu de 80,91% para 60,48%, portanto, aumentaram os rendimentos através de transferências e não pelos rendimentos do trabalho. Esse avanço foi obtido através do Programa Bolsa Família que auxilia na alimentação, saúde e educação e, atualmente, atinge sete milhões de famílias pobres.

A redução da desigualdade de renda no Brasil ficou evidente quando observada a renda média mensal dividida por estratos entre os anos de 2001 e 2005. Conclui-se que os pobres ficaram menos pobres e os ricos ficaram relativamente menos ricos. A partir do

índice de Gini no período de 1995 a 2005, foi possível observar uma redução da desigualdade de 0,599 para 0,566 no país. O IDH do país mostrou um bom desempenho através da evolução de 20,8% entre os anos de 1975 e 2001. Nesse período, entre os países da América Latina, o Brasil ultrapassou a Colômbia e a Venezuela, ficando atrás do México, Argentina e Chile. Os fatores que mais colaboraram para a melhora do índice na década de 1990 foram a queda nas taxas mortalidade infantil (35,96%) e mortalidade entre adultos (8,78%). Também foi importante para o índice o aumento de habitantes com acesso a água potável e a vacinação. O reflexo nos indicadores demográficos também foi percebido no aumento da esperança de vida ao nascer que passou de 66,57 anos para 70,43 anos e pela queda de 12,72% da taxa de natalidade.

Apesar da evolução dos indicadores no Brasil de uma forma geral, o estudo demonstrou que existe uma forte dicotomia social e econômica entre as regiões Sul e Nordeste. A média do IDH da região Sul no ano de 2000 ficou em 0,737, diferente do Nordeste que obteve 0,580. Outro indicador que reforça é o percentual de domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água, entre os domicílios particulares permanentes, que em 2005 era de 84% na região Sul e 73,9% no Nordeste.

Quando avaliada a mobilidade de renda nas regiões Sul e Nordeste no período de 1987 a 2003, o empobrecimento da região Nordeste em comparação com a região Sul é nítido. Efetuada a divisão das classes de renda em 6 estratos (1 com renda de R\$ 0,00 à R\$ 260,00 e 6 com renda acima de R\$ 10.000,00), o Nordeste apresentou um grande aumento da faixa 1 (mais pobre) e diminuição nas classes 3 e 4. A região Sul também apresentou redução das faixas 3 e 4, porém ampliou as faixas 2, 5, 6.

Essa dicotomia tem raízes históricas que influenciaram de forma diferente as regiões do Brasil. O mercado de trabalho sofreu com os baixos salários por motivos de atraso cultural (por passar da escravidão para o trabalho assalariado), pela estrutura fundiária e pela dominância oligárquica. Conclui-se que os responsáveis pelo atraso nordestino são as elites produtoras, que até a década de 1950 acomodaram-se em virtude do protecionismo e não apresentaram alternativas para reduzir a adversidade climática no semi-árido.

Como o PIB brasileiro é muito concentrado na região Sudeste, o governo optou por investir em grandes projetos nos estados da Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe. Também foram criadas instituições importantes como o BNB, a SUDENE e o FINOR para realizar os projetos de infra-estrutura nas regiões mais necessitadas.

Ao comparar o desempenho econômico da região Sul com a região Nordeste, identifica-se que a participação no PIB nacional não difere muito. O Sul no ano de 2000 contribui com 18,6% e o Nordeste com 13,7% do PIB (IBGE, 2003). Porém, devido à elevada densidade demográfica do Nordeste comparada à região Sul, a renda per capita do Nordeste fica muito inferior a do Sul. A média ponderada da renda per capita da população no Nordeste no ano de 2000 era de R\$ 113,56, enquanto a região Sul tinha renda de R\$ 313,37.

A participação da renda do trabalho na renda total dos indivíduos no Sul é de 72,19%, ao passo que no Nordeste é de 60,48%. Isso significa que grande parte da renda dos nordestinos é paga pelo governo através de programas de auxílio e da previdência.

A política de desconcentração da produção não resulta obrigatoriamente na melhoria da distribuição de renda interpessoal. Portanto, as políticas direcionadas às

peças dessa região serão mais eficientes, como é o caso do Programa Bolsa Família. Para cada região, as políticas de redução da pobreza devem ser diferenciadas, pois cada uma tem um nível de conversão diferente. Pode-se intensificar o crescimento econômico ou adotar políticas redistributivas de renda.

A melhor opção para as economias em desenvolvimento é a aplicação de políticas de crescimento pró-pobre. Percebe-se que o crescimento de um país não se resume no volume de crescimento da economia, mas é importante um crescimento qualitativo. O crescimento econômico mais eficiente reduz a pobreza e a desigualdade de um país. Isso ocorre porque quanto maior a desigualdade da população, menor o impacto do crescimento.

Referências bibliográficas

ALEXANDER, Robert J. **O ABC do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

ANÁLISE do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 16, 1965.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento** (A teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina). Recife: CRAM, 1977.

ARAÚJO, T.; SOUZA, A.; LIMA, R. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, v.11, n. 29, 1997.

BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para Discussão n. 1258.)

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento como Estratégia Nacional**. São Paulo: FGV, 2005. (Texto para Discussão.)

_____. Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 24, out.-dez. 2004.

CONCEIÇÃO, Cláudio. É preciso priorizar o crescimento. **Conjuntura Econômica**, São Paulo, p. 20-23, mar. 2006.

FILELLINI, Alfredo. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1994.

FIGUEIRÊDO, Erik A. de; JUNIOR, José Luis da Silva N.; JUNIOR, Sabino da Silva P. **Distribuição, Mobilidade e Polarização de Renda no Brasil no período de 1987 à 2003**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento**. São Paulo: Nacional, 1979.

HASHIZUME, Maurício. Placar positivo. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 3, n. 18, p. 30-34, jan. 2006.

HOFFMANN, Rodolfo. **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2007.

LEITE, Pedro S. **Novo Enfoque do Desenvolvimento Econômico e as Teorias Convencionais**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1983.

MAGALHÃES, João Carlos R.; RABELO, Raquel A. **Diferenças de renda, emprego e desigualdade entre os municípios brasileiros no período de 1991 a 2000**. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão n. 1250).

NAKABASHI, Luciano; Meirelles, José Gabriel P. **Crescimento da economia brasileira e fluxo de capitais a partir da lei de Thirlwall**: 1968-1980 e 1992-2000. Belo Horizonte: Universidade Federal do Minas Gerais – UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão).

NEGRI, João Alberto de. Grandes potenciais e singelos passos. **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, ano 3, n. 19, p. 40-41, fev. 2006.

OLIVEIRA, João Barbosa de. **Renda per capita, desigualdades de renda e educacional, e participação política no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão n. 827).

PESSÔA, Samuel de Abreu. **Economia Regional, Crescimento Econômico e Desigualdade Regional de Renda**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1999.

_____. **Existe um Problema de Desigualdade Regional no Brasil?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – FGV, 2001.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=686. Acesso em: 2007.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 2007.

PORTO, Sabino S. J.; COMIM, Flavio V.; RIBEIRO, Eduardo P. **Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2004.

PREFEITURA DO RECIFE. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife - 2005. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006>>. Acesso em: 2007.

RESENDE, Marco F. da C. **Inserção internacional, arranjos financeiros e crescimento da economia brasileira: 1947 – 2003**. Belo Horizonte: Universidade Federal do Minas Gerais – UFMG/Cedeplar, 2004. (Texto para discussão)

ROCHA, Sônia. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (Texto para discussão)

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Plano Plurianual 2004 – 2007**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2003.

SIQUEIRA, Tagore V. de; FILHO, Nelson F. S. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v.8, n.16, p. 79-118, dez. 2001.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TAFNER, Paulo; REZENDE, Fernando. **Brasil: o estado de uma nação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.